

DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n1p106>

FINANCIAMENTO PÚBLICO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR FEDERAL NO BRASIL: O REUNI E AS PERSPECTIVAS PARA O REUNI 2

**PUBLIC FINANCING AND EXPANSION OF FEDERAL HIGHER EDUCATION IN
BRAZIL: THE REUNI AND THE PERSPECTIVES FOR THE REUNI 2**

Danilo de Melo Costa, Mestre

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

danilo_mcosta@yahoo.com.br

Alexandre Marino Costa, Doutor

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

marino@cse.ufsc.br

Francisco Vidal Barbosa, Doutor

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

fvberlim@gmail.com

Recebido em 05/agosto/2012

Aprovado em 07/janeiro/2013

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

O ensino superior brasileiro passa por uma grande transformação que ocorre por meio de sua reestruturação bem como sua expansão. Este trabalho apresenta e analisa as ações de financiamento da expansão do ensino superior público federal no Brasil, que está pautada em dois aspectos: criação de novas universidades e reestruturação e expansão das universidades existentes. Para tanto, escolheu-se no âmbito das universidades criadas a partir do ano de 2002 a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e no âmbito das universidades reestruturadas a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assim, identificou-se a percepção dos dirigentes universitários e buscou-se compreender as perspectivas para o financiamento e a expansão da educação superior no Brasil juntamente aos gestores públicos do MEC. A pesquisa é do tipo exploratória com tratamento dos dados predominantemente qualitativos. Os resultados apresentam que as universidades federais estão recebendo os recursos provenientes do financiamento público e nas respectivas universidades estudadas, este fenômeno se confirmou. Todos os gestores de ambas as instituições reconheceram a importância e a grandeza de tais investimentos mas acreditam que a continuidade do programa, o Reuni 2, será o diferencial para contribuir com o desenvolvimento não só das universidades como de todo o país.

Palavras-chave: Reuni. UFSC. UFFS. Financiamento Público. Universidades.

ABSTRACT

The Brazilian higher education is facing a major transformation that occurs through its restructuring and expansion. This paper presents and analyzes the actions of financing of the expansion of federal higher education in Brazil, which is based on two aspects: the creation of new universities and restructuring and expansion of existing universities. For this purpose, we chose as part of universities created after the year 2002 the University of Southern Frontier (UFFS), and as part of university restructured the Federal University of Santa Catarina (UFSC). So, we identified the perceptions of university leaders and understand the perspectives for financing and expansion of higher education in Brazil along with the public managers of the MEC. The research is exploratory-type with data processing predominantly qualitative. The results show that universities are receiving federal resources from the public financing and in the respective universities studied, this phenomenon was confirmed. All managers of both universities have recognized the importance and magnitude of such investments but believe that the continuity of the program, the Reuni 2, will be the differential to contribute to the development not only of the universities as the whole country.

Keywords: Reuni. UFSC. UFFS. Public Finance. Universities.

1 INTRODUÇÃO

Desde sua implantação e legitimação no Brasil, a educação vem sendo considerada um dos principais pilares para se alcançar o destaque social. Nos últimos 40 anos, a educação superior passou a se tornar o caminho central para se ascender socialmente, fazendo com que a busca pelo terceiro grau aumentasse substancialmente (CANUTO, 1987; ROMANELLI, 1991).

Esta busca pela educação superior fez com que o governo federal passasse a se preocupar com os indicadores relacionados à esta temática, sobretudo em relação aos jovens entre 18 e 24 anos, que é a idade regular para se estar matriculado no ensino superior (UFCG, 2010), além de ser a variável indicativa para os avanços desta educação nos demais países (embora sabe-se que a oferta da educação superior para aqueles acima de 24 anos também deve ser considerada). Esta preocupação representa então um avanço na educação superior no país, quando se observa que segundo Schwartzman (2005), há 50 anos, possuía-se uma quantia inferior a 2% destes jovens matriculados na educação superior, e 10 anos depois, este índice mais que dobrou, alcançando 5,2%. Entretanto, o índice mais surpreendente deste primeiro momento de expansão da educação superior aconteceu 5 anos após esta última parcial, em 1975. Naquela oportunidade, o Brasil possuía 11% de jovens matriculados na educação superior.

Entretanto, houve pouca mudança neste índice nos anos posteriores. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (2011) em relação ao Censo da Educação Superior brasileira apresentam que a taxa de alunos matriculados em instituições de ensino superior no ano de 2010 não ultrapassa a faixa de 17% entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos. Segundo Graciano e Haddad (2004), na Argentina, este percentual estava próximo de 40% e também era elevado em outros países: Alemanha (50%), França (60%), EUA (80%) e Canadá (quase 90%). Ou seja, comparando os dados do Brasil de 2010 com os dados dos países supracitados de 2004, observa-se uma grande lacuna para a expansão da educação superior. Este cenário faz com que o governo federal busque então implantar ações que solucionem estes problemas e atendam a esta demanda, que cresce a cada ano.

De acordo com as necessidades colocadas em questão, o Governo Federal lançou uma série de programas que visa realizar esta expansão, não só quantitativamente como também qualitativamente. Quatorze novas universidades públicas foram criadas além de se realizar a expansão de novos campi nas universidades públicas existentes, por meio do Programa de

Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. O Programa Universidade para Todos – PROUNI está sendo ampliado e agora atuando juntamente ao Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, aumentando assim a possibilidade de financiamento para os alunos, estão sendo criados centenas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia– IFETs e também tem sido realizado um incremento da educação superior à distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB, com a criação de vários pólos em todo país, inclusive em regiões até então desprivilegiadas.

O que se tem observado por meio destas medidas é o surgimento de um novo fenômeno na educação superior brasileira; a inversão da expansão da iniciativa privada para a iniciativa pública. A iniciativa privada, que nos último 10 anos era a grande responsável pela expansão da educação superior no Brasil, se estagnou ante as perspectivas de expansão do ensino superior público, proveniente dos programas do governo federal.

A partir destas informações, este artigo trata de uma temática de grande relevância no cenário do desenvolvimento da nação, o financiamento da expansão da educação superior pública brasileira, visando à melhor compreensão de seu contexto e as possíveis alternativas de ação para o Governo Federal, que é o principal articulador desta necessidade, para prosseguir com a ampliação.

2 A UNIVERSIDADE E O CENÁRIO BRASILEIRO

Para melhor compreensão da importância da Universidade para o desenvolvimento de um país, a presente seção apresenta o conceito e o papel da Universidade segundo a visão de vários estudiosos, bem como o surgimento do ensino superior e conseqüentemente da Universidade no Brasil.

2.1 A CONCEITUAÇÃO DE UNIVERSIDADE

Desde seu surgimento, estudiosos vem buscando um conceito para a universidade. Segundo Loureiro (1986), a universidade possui o caráter de transmissora integral do saber, pois nela não devem se reunir apenas alguns conhecimentos, mas a totalidade de todos os conhecimentos. A autora ainda defende a supremacia da Universidade no âmbito cultural e a universalidade do saber, que norteiam as instituições de ensino superior, concluindo que o saber universitário é diferenciado, orgânico e superior, supondo a verdade inesgotável do ser.

Citando Luis Vives, Loureiro (1986, p. 13) descreve a universidade como uma “[...] reunião de homens sábios, ao mesmo tempo bons, dispostos a tornar semelhantes a eles os que para aí se achegam com o intuito de aprender”.

A Universidade é vista como um espaço novo de desenvolvimento e preservação dos saberes e também de formação da cidadania, pois uma de suas principais funções é desenvolver a inquietude do ser social (WANDERLEY, 1988; MARCOVITCH, 1998; OLIVEIRA, 2007).

Quando se estuda qual o papel da Universidade, fica latente a grande importância da mesma para o desenvolvimento da sociedade, pois ela possui um importante papel para a formação de pessoas qualificadas e, por conseguinte auxilia no desenvolvimento sócio-econômico de alguma nação (FAVA DE MORAES, 2000; LOUREIRO, 1986)

Para Chauí (2003) a universidade como instituição social determina a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Para ilustrar esta idéia, a autora defende que é fácil observar dentro das Universidades a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade.

Por fim, segundo o Artigo 52º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional as Universidades são “[...] instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.” E devem se caracterizar por meio da: “Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional” (BRASIL, 1996, p. 16).

2.2 O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A influência para o surgimento do ensino superior no Brasil se data a partir da colonização no país, com a chegada de Tomé de Souza no ano de 1549. A partir deste momento, os colonizadores passaram a se preocupar com a instrução na nova terra, iniciando então uma nova escola primária em Salvador, que com o tempo evoluiu e se tornou o primeiro colégio, com ensino secundário e algumas matérias superiores, como por exemplo, letras e ciências (a segunda abrangendo Física, Metafísica, Lógica, Matemática e Ética). Entretanto, com a chegada da família real, no ano de 1808, todas as escolas foram objetos de Cartas Régias, justificando suas criações, como seriam financiadas e como funcionariam. Estas iniciativas tinham como principal objetivo elevar o nível cultural do país em todos os campos

intelectuais para aparelhar o Governo que se estabelecia com a vinda da família Real. Este primeiro momento apresenta então a contribuição do Governo Dom João VI para iniciar a implantação e legitimação da educação superior no Brasil (LOUREIRO, 1986; TEIXEIRA, 1989).

O 1º reinado brasileiro, sob o Governo de Dom Pedro I teve sua contribuição para a educação superior, mas a principal evolução da educação superior no Brasil aconteceu no 2º reinado sob o Governo de Dom Pedro II. Durante o seu Governo foram criadas em 1875 a Escola de Minas de Ouro Preto, 1880 a Escola de Belas Artes da Bahia e em 1887 a Escola Politécnica da Bahia. Quando se proclamou a república em 1889, o país já possuía em São Paulo e Olinda as escolas de Direito, na Bahia e no Rio de Janeiro as escolas de Medicina, e em Ouro Preto as escolas de Minas e Farmácia todas financiadas pelo Governo (LOUREIRO, 1986).

Em consonância com os esforços da Monarquia, a república prosseguiu no financiamento da educação superior do país, fundando, entre os períodos de 1891 a 1937, 31 estabelecimentos de ensino superior. O Quadro 1 apresenta a Evolução do Ensino Superior no Brasil desde seu descobrimento:

Governo	Ano	Ações
Dom João VI	1808	Escolas foram objetos de Cartas Régias, justificando suas criações e as instruções para o seu funcionamento.
		Objetivou elevar o nível cultural do país em todos os campos intelectuais.
Dom Pedro I	1827	Fundação dos Cursos Jurídicos.
Dom Pedro II	1875	Escola de Minas de Ouro Preto
	1880	Escola de Belas Artes da Bahia
	1887	Escola Politécnica da Bahia
	1889	Escola de Direito de São Paulo
		Escola de Direito de Olinda
		Escola de Medicina da Bahia
		Escola de Medicina do Rio de Janeiro
Escola de Farmácia de Ouro Preto		
República	1891 - 1937	31 estabelecimentos de ensino superior, dentre os quais Direito, Engenharia e Medicina representavam 2/3 do total.
Epitácio Pessoa (presidente)	1920	Universidade do Rio de Janeiro
Washington Luís (presidente)	1927	Universidade de Minas Gerais
Armando de Sales Oliveira (governador – SP)	1934	Universidade de São Paulo (estadual)
Getúlio Vargas (presidente)	1935	Universidade do Distrito Federal (logo extinta)
	1937	Universidade de São Paulo (estadual) e Universidade do Rio de Janeiro (federal) são então reestruturadas no modelo da Universidade de São Paulo, representando um esforço para se consolidar um padrão universitário.

Quadro 1 Evolução do Ensino Superior no Brasil
Fonte: Elaborado pelo autor.

No entanto, a partir de 1940, romperam-se as barreiras e a expansão do ensino superior se deu de maneira inesperada.

2.3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Desde seu surgimento, várias foram às alterações de marco legal que afetaram a educação superior no Brasil. A partir disso, apresenta-se nas próximas seções as principais mudanças que influenciaram no desenvolvimento da educação superior brasileira, representadas por: As Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); o Plano Nacional da Educação (PNE); e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

2.3.1 As Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as principais mudanças legais para a Educação Superior

Segundo Silva (1991), a partir de 1950, houve um grande crescimento do parque industrial no Brasil, este crescimento acontecia porque havia uma necessidade de aumentar a produção para atender ao mercado interno ao invés de se adquirir apenas produtos importados. O aumento da produção interna significou então o aumento da carência de mão de obra qualificada, uma deficiência do Brasil naquela época. Com a internacionalização da economia, esta necessidade se intensificou, pois a indústria brasileira precisava se manter competitiva frente aos baixos preços advindos dos produtos importados.

Como a importação de mão-de-obra para esses cargos mais qualificados era onerosa uma saída do Governo junto aos grandes industriais foi voltar-se os olhos para a educação, o que fez com que entre os anos de 1948 e 1961, fosse discutida a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que seria implantada em 20 de Dezembro de 1961. Entretanto, a adoção da Lei de Diretrizes e Bases não surtiu o efeito esperado em relação às atividades das instituições sendo necessária a promulgação do Decreto de Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966 que fixou os princípios e normas de organização para as Universidades Federais alterando princípios que fora descritos de forma superficial na Lei de Diretrizes e assim estendendo a quase todas as Universidades federais os princípios já vigentes na Lei nº 3.998, de 15 de Dezembro de 1961 (TEIXEIRA, 1989).

Segundo Canuto (1987), essa medida também não foi suficiente para atender a diversidade que as instituições de ensino superior deveriam ter para capacitar os recursos humanos para a modernização do país, sendo então necessária uma reformulação do sistema de educação superior que estava vigente. A partir de então, houve a necessidade de se iniciar

uma reforma universitária, que se pautava na modernização, flexibilidade, e eficiência administrativa, com o objetivo de preparar recursos humanos para auxiliar no progresso do país. Esta iniciativa resultou na Lei 539/69, complementada nos decretos 464/69 e 465/69 além de outros decretos que atribuiu à Universidade uma forma de excelência do ensino superior, que deveria ser pautada no ensino e na pesquisa, mas com foco também na formação profissional. Nesta oportunidade, passa a ser admitida a faculdade isolada como exceção (LOUREIRO, 1986). A idéia que esta reforma buscou atingir foi compatibilizar a universidade com as crescentes demandas do mercado de trabalho.

Embora houvesse a preocupação em se melhorar os índices da educação superior, o Brasil não enfrentava um bom momento econômico (Ditadura Militar de 1964 a 1985), havia escassez de capital monetário, pois os investimentos eram realizados em setores como agricultura e indústria, tidos como de acumulação de capital. Neste momento, observou-se que o favorecimento da educação superior privada poderia ser uma saída para se atender esta necessidade, tendo em vista que o governo não tinha condições de investir tanto quanto era necessário. Com a vinda dos empresários para o ramo da educação e com os incentivos para abertura, o número de instituições privadas começou a crescer de maneira vertiginosa. Em uma tentativa de diminuir esse crescimento, no final da década de 70, o Governo fechou as portas para a autorização de novas instituições de ensino com fins lucrativos no país, algo que se perdurou até a década de 90 (CANUTO, 1987).

Na década de 90, houve uma transformação profunda o setor da educação superior, com a implantação da Lei de Diretrizes e Base da Educação em 1996 (LDB/96) - Lei 9.394/96. Esta lei definiu significativa mudança para o financiamento do ensino superior público e privado. Ao ensino superior público, a LDB assegurou uma autonomia até então inédita para as Universidades, que teve um impacto profundo no financiamento, pois estas instituições poderiam, além de receber recursos do governo, receber doações, heranças, obter cooperação financeira meio a parcerias público-privadas, desenvolver e aplicar o próprio orçamento, dentre várias outras medidas.

Por fim, a LDB de 1996 também determinou que a União encaminhasse ao Congresso Nacional, o Plano Nacional da Educação (PNE), apresentando diretrizes para os dez anos seguintes em consonância com a Declaração Mundial sobre Educação para todos, medida esta que se configurou como uma das mais importantes presente nesta LDB.

2.3.2 O Plano Nacional da Educação

Em 9 de janeiro de 2001, foi sancionada a Lei nº 10.172, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE foi assentado sobre três idéias chave: 1) a educação como direito de todos; 2) a educação como fator de desenvolvimento social e econômico do país; e 3) a educação como instrumento de combate a pobreza e de inclusão social (BRASIL, 2001).

Para o Ensino Superior, as principais metas foram: 1) fornecer até o final da década, a oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens entre 18 a 24 anos; 2) ampliar a oferta do ensino público de modo à assegurar uma proporção de pelo menos 40% do total das vagas; 3) estabelecer um amplo sistema de educação à distância; 4) estabelecer um sistema de credenciamento das instituições, garantindo assim a qualidade; 5) diversificar a oferta de ensino, investindo em cursos noturnos, modulares e sequenciais (BRASIL, 2001).

Algumas críticas foram apresentadas em relação a atenção dada ao PNE, que sofreu nove vetos, sendo todos ligados a questão do financiamento, que é à base de sustentação do plano. A aprovação do mesmo com os vetos se configurou em um grande desafio, pois não se enxergava uma maneira de atingir as metas sem os recursos necessários (SAVIANE, 2007; SAVIANI, 2010; VALENTE, 2002; CARMARGO ET AL, 2008).

Para Pinto (2002), o PNE assumiu responsabilidades financeiras que não condiziam com a realidade do país. De acordo com o autor, na época de sua promulgação, o investimento do PIB na educação era na ordem de 4%. Em contrapartida, para se alcançar as metas do PNE, seriam necessário um investimento na ordem de 10% do PIB o que certamente configuraria um grande desafio. Em 2011 surge o II PNE, que abrange os anos de 2011-2020, com a expectativa de atender uma porcentagem maior de metas do seu antecessor, que cumpriu apenas 33% das metas previstas. Para Valente (2002, p 107): “É fundamental prosseguir a luta em favor de um verdadeiro PNE”.

Em 2007 o MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE, que não substituiu o PNE, por se tratar de um programa de metas reunido apenas ações do ministério. Todavia, o lançamento do PDE fez com que o PNE fosse ainda mais esquecido. Para Saviani (2010), a impressão que se passa é que o PNE é ignorado por todos, como se ele não existisse. Para melhor entendimento, sobretudo da correlação entre os dois planos, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é abordado a seguir.

2.3.3 O Plano de Desenvolvimento da Educação

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) está ordenado segundo a lógica do arranjo educativo – local, regional ou nacional. Seus 40 programas são classificados segundo quatro eixos de referência: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização (BRASIL, 2007).

Uma importante medida do plano está em sua subdivisão territorial, pois desta maneira é possível identificar regiões até então desprivilegiadas de oportunidades educacionais, apresentando e atuando sobre as desigualdades encontradas. Krawczyk (2008) defende que para o país continuar se desenvolvendo são essenciais ações que pretendem inserir a educação como uma das bases fundamentais.

No que se refere a Educação Superior, o Ministério da Educação observa que ela deve ser analisada por meio dos seguintes princípios que se complementam: i) expansão da oferta de vagas, ii) garantia de qualidade, iii) promoção de inclusão social pela educação, iv) distribuição territorial, e v) desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2007).

Após definição dessas premissas, por meio da criação de novos programas e também da utilização de programas existentes, o PDE buscou atender quantitativamente e qualitativamente a tal necessidade expansão da educação superior. Para tanto, houve a ampliação de dois programas já existentes, o Programa Universidade para Todos - Prouni e o Financiamento Estudantil – Fies, que passaram a trabalhar em conjunto (com a possibilidade de se combinar bolsas parciais do Prouni com financiamentos do Fies), foi realizado um incremento da educação superior à distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), além da criação de centenas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs). Para as universidades públicas federais, foram criadas quatorze novas universidades públicas além de se realizar a expansão de novos campi nas Universidades públicas já existentes por meio do Reuni (BRASIL, 2007b).

3 METODOLOGIA

Neste artigo, em função dos objetivos, o trabalho foi concebido como uma pesquisa exploratória. Tal estudo se caracteriza como exploratório por buscar se aprofundar na articulação de duas importantes vertentes, o Financiamento Público e a Expansão da Educação Superior.

A pesquisa em questão é predominantemente qualitativa. A pesquisa apresenta a forma de abordagem qualitativa, pois o pesquisador participou, compreendeu e interpretou os dados coletados na pesquisa (CHIZZOTTI, 2001). A abordagem qualitativa se deu devido à compreensão e a interpretação dos dados colhidos por meio de entrevistas e questionários buscando-se a interação entre as perspectivas dos gestores públicos do MEC e as perspectivas dos dirigentes universitários.

Para coleta de dados, foi utilizada várias abordagens, a iniciar pela Pesquisa Documental, por meio de relatórios de gestão do Governo Federal referente ao programa Reuni, Decretos, relatório de gestão, e dados referentes ao Reuni na UFSC e relatórios de gestão na UFFS, além do plano de reestruturação das universidades pesquisadas, dados do INEP e relatórios do Ministério da Educação. A pesquisa bibliográfica também se fez presente. Tal pesquisa se deu por meio da coleta de material já elaborado e publicado sobre o tema da pesquisa como publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, artigos, dissertações e teses. Como principal instrumento para a coleta de dados referente à percepção dos dirigentes universitários de áreas específicas das universidades, utilizou-se o questionário. Para o estudo em questão, foram aplicados seis questionários não estruturados e não disfarçados, pois houve apenas questões abertas e os respondentes sabiam qual o objetivo da pesquisa. Os questionários foram aplicados aos dirigentes universitários responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento das duas instituições federais presentes no estado de Santa Catarina.

Por fim, utilizou-se de Entrevistas para um maior aprofundamento do tema pesquisado. Com base neste argumento buscou se entrevistar o primeiro Reitor (*pró-tempore*) da Universidade Federal da Fronteira Sul (gestão 2010) e o Vice-Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (gestão 2008-2012), na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Além disso, foi realizada uma entrevista em Brasília, no Ministério da Educação, com o Coordenador Geral da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES). Os entrevistados e respondentes são apresentados e definidos conforme o Quadro 2:

Local	Nomeação	Função	Cidade	Dia	Horário
Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES)	Entrevistado 1	Coordenador Geral DIFES	Brasília	23 de Set. de 2010	1ª Parte: 11:30 às 12:20 2ª Parte: 15:00 às 15:40

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Entrevistado 2	Vice-Reitor UFSC	Florianópolis	03 de Nov. de 2010	16:00 às 17:00
	Respondente 1	Diretor da Pró-Reitoria do Ensino de Graduação (PREG)	Web-site Online	28 de Out. de 2010	17:13:37
	Respondente 2	Secretário da Secretaria de Planejamento e Finanças (SEPLAN)		27 de Out. de 2010	12:28:03
	Respondente 3	Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Infra-Estrutura (PROINFRA)		27 de Out. de 2010	13:28:06
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Entrevistado 3	Reitor UFFS	Chapecó	05 de Out. de 2010	09:00 às 10:00
	Respondente 4	Pró-Reitora da Pró-Reitoria do Ensino de Graduação	Web-site Online	01 de Nov. de 2010	11:46:35
	Respondente 5	Diretor da Diretoria de Planejamento,		17 de Out. de 2010	22:32:41

Quadro 2 Entrevistados e Respondentes.
Fonte: Elaborado pelo autor.

4 A PERSPECTIVA DOS GESTORES PÚBLICOS DO MEC E A PERCEPÇÃO DOS DIRIGENTES UNIVERSITÁRIOS

Pode-se afirmar que o Ensino Superior Público Federal exerce um importante papel no que se refere ao desenvolvimento do país. São nas instituições públicas federais que se concentra o maior número de pesquisadores, e conseqüentemente de pesquisas, em que se possui o corpo docente mais qualificado, com sua maioria composta por doutores, e, portanto, são estas instituições que fornecem o ensino (a pesquisa e a extensão) de maior qualidade no país.

Partindo desta premissa, o governo federal observou que o investimento nestas instituições seria vantajoso não apenas para a sociedade como para o desenvolvimento de toda a nação. Por esse motivo, foi instituída a Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES), com um de seus objetivos sendo o de coordenar e acompanhar todas as ações referentes à expansão e reestruturação da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, que se deu por meio da criação de novas universidades, e também da reestruturação das universidades existentes.

4.1A PERSPECTIVA DOS GESTORES PÚBLICOS DO MEC

Para a DIFES, a expansão por meio do Reuni tem sido Positiva. Eles apresentam que o Reuni é um programa que está dando diretrizes para o desenvolvimento institucional no sentido de melhorar o processo formativo, tornando, por conseguinte, a formação da graduação mais eficiente e eficaz, buscando atender melhor as expectativas do aluno e do mercado que irá absorver este aluno.

Além disso, o Reuni oferece outra diretriz que está focada nas necessidades de desenvolvimento da educação como um todo no país, que é a articulação da Graduação com a Pós-Graduação e também com o Ensino Básico, além disso, segundo o Entrevistado 1:

(...) o Reuni permitiu estar observando as demandas regionais, nacionais, os projetos de desenvolvimento sociais do Brasil, com âmbitos sociais, para que ele preparasse e oferecesse as vagas, então cada universidade teve, dentro da sua autonomia, liberdade para propor os cursos. (ENTREVISTADO 1)

A Difes acredita que ao crescer as universidades federais cresce o processo de formação em todos os níveis, o que contribui diretamente para o desenvolvimento da educação superior como um todo. Para o Entrevistado 1, “(...)o Reuni hoje responde simplesmente pelo seus dados, pela sua observação.”

De acordo com a Difes, o Reuni deu a possibilidade das universidades se organizarem, se planejarem e preverem suas ações, preocupando-se com a reocupação das vagas ociosas bem como com a diminuição da evasão, lidando então com todos os aspectos formativos e desta forma apresentassem a maneira que irão se planejar para tratar os respectivos problemas. O Entrevistado 1 defende que o Plano Nacional de Assistência Estudantil, ou PNAES, também possui uma importante contribuição para o tratamento da evasão:

(...)agente tem hoje um programa instituído que é chamado Programa Nacional de Assistência Estudantil, que no ano de 2010 distribuiu para as universidades na ordem de 300 milhões de reais, ou seja, para construção de alojamento, de restaurantes universitários, assistência médica, creche, apoio pedagógico(...)
(ENTREVISTADO 1)

Além disso, este plano auxilia em tudo que for necessário para que as universidades consigam cumprir com o plano estabelecido, sendo externo aos recursos provenientes do Reuni, fazendo com que a universidade conte com recursos adicionais ao que foram previstos pelo Reuni inicialmente, o que ajuda a potencializar as ações de redução de taxa de evasão, além de outras melhorias no processo formativo.

Ao se analisar a polêmica taxa de conclusão de curso de 90%, instituída pelo Reuni, a Difes garante que isto não significa que as universidades terão de aprovar 90% dos alunos matriculados, conforme afirma o Entrevistado 1:

(...) quando agente olha para uma taxa de conclusão aqui colocada de 90% eu não estou dizendo que vou ter de aprovar 90% dos estudantes matriculados, absolutamente. Então isso é um discurso que foi colocado de uma maneira um pouco até maliciosa, mas não tem o menor sentido. (ENTREVISTADO 1)

Isso se confirma pela fórmula que se calcula esta taxa. Ela é medida por um indicador que verifica em um ano o número de concluintes, e verifica cinco anos antes (ou menos, dependendo da duração do curso) quantos ingressantes tiveram, desta forma, o cálculo não é em cima da formação e sim dos concluintes e ingressantes, o que pode ser validado com mais facilidade considerando um cenário em que as universidades estiverem crescendo.

Tendo como uma de suas principais metas o índice de 18 alunos de graduação por professor, o Reuni tem sido muito questionado, a respeito da sobrecarga dos professores, redução na dedicação a pesquisa e conseqüentemente perda de qualidade. Segundo a Difes, a meta de 18 alunos por professor está condizente com a meta da OCDE que é próxima deste valor, uma meta mundial. De qualquer forma, caso seja necessário, o governo brasileiro tem condições de realizar concursos e aumentar o quadro de docentes das universidades, como já vem acontecendo e é defendido pelo Entrevistado 1: *“(...) o Brasil esta fazendo, o governo esta aumentando o quadro das instituições então agente teve um aumento muito, muito importante mesmo.”*

Finalmente, segundo a Difes, muitos investimentos têm acontecido neste sentido, priorizando não só o ensino, como a pesquisa e a extensão, algo que eles acreditam ser respondido dentro de um tempo pelas próprias universidades federais.

4.2 A PERCEPÇÃO DOS DIRIGENTES UNIVERSITÁRIOS

A expansão da educação superior brasileira está acontecendo em todas as esferas, pública federal, privada, à distância e tecnológica, por meio do financiamento público.

Delimitando-se as Universidades Federais, é possível perceber que esta expansão se dá por meio de duas ações principais, a criação de novas universidades e a reestruturação das universidades existentes por meio do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Dentre as demais universidades reestruturadas por meio do Reuni, são apresentadas as ações da Universidade Federal de Santa Catarina, que através de um plano de metas pactuado com o Ministério da Educação, projetou sua expansão e reestruturação recebendo subsídios provenientes do financiamento público para tal.

Finalmente, representando nesta pesquisa o universo das 14 universidades recentemente criadas, está a Universidade Federal da Fronteira Sul, que iniciou suas aulas em Março de 2010, e apresenta suas principais ações de expansão, bem como o financiamento público recebido para sua manutenção.

Desta forma, apresenta-se a aplicação dos recursos públicos e as ações realizadas por uma universidade recém criada bem como por uma universidade que já existe há várias décadas e vem passando por profunda reestruturação nos últimos anos, demonstrando desta maneira, como estão sendo conduzidas as principais metas e ações para a ampliação da educação superior federal em cada uma das respectivas universidades.

4.2.1 Principais Resultados UFSC

Após análise de todos os dados, constatou-se que a Universidade Federal de Santa Catarina está vivenciando um momento único no que se refere à sua reestruturação em vários aspectos: número de vagas, tratamento da evasão; reocupação das vagas ociosas; otimização do corpo docente e da infra-estrutura; expansão da pesquisa e extensão; aplicação de recursos para custeio e investimento; além de estar gozando de autonomia e trabalhando para que a expansão ocorra com qualidade. O Quadro 3 apresenta as principais afirmações dos gestores neste sentido:

Assunto	Afirmação
Tratamento da Evasão	<i>“Então nós estamos trabalhando com a idéia de bacharelado pra você ter uma idéia, que o indivíduo possa ter uma opção só pela área, que ele possa fazer uma opção só pela área, mas tarde então fazer uma opção então pelo curso específico.”</i> ENTREVISTADO 2
Repasse de Recursos Financeiros	<i>“(…) os compromissos feitos na fase inicial tem se mantido até agora, e eu tenho uma expectativa de que isso pode ser mantido daqui pra frente, que isso possa continuar sendo um processo pra ser mantido.”</i> ENTREVISTADO 2
Contratação de Docentes	<i>“Os investimentos para contrato docentes estão acontecendo, com o Reuni estamos garantindo uma equalização nessa meta.”</i> RESPONDENTE 1
Autonomia Universitária	<i>“O Reuni não é um projeto fechado, temos conversado com o MEC e eles tem entendido as mudanças que temos feito e respeitado nossa autonomia.”</i> RESPONDENTE 1
Obras na Universidade	<i>“(…) é visível hoje na universidade a quantidade de Obras.”</i> RESPONDENTE 3

Verbas para Investimento	<i>“As verbas para investimento estão além do projetado”</i> RESPONDENTE 2
---------------------------------	---

Quadro3 Principais Afirmações UFSC.
Fonte: Elaborado pelo autor

As principais ações da UFSC e os respectivos resultados estão representados no Quadro 4.

Ações	UFSC
Ampliação do Número de Vagas	- Criou entre os anos 2008 a 2010, 2101 vagas novas, sendo 420 noturnas e 114 de licenciatura. - Ampliação pautada em sua maior parte na criação de cursos diurnos. - Cursos noturnos não atrativos para a comunidade. - Licenciaturas não atrativas para a comunidade.
Tratamento da Evasão	- Realizado estudo a respeito dos motivos que levam à evasão. - Programa de apoio pedagógico. - Aumento na assistência estudantil por meio do PNAES.
Reocupação das Vagas Ociosas	- Tem como principal ferramenta o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do MEC.
Expansão X Qualidade	- Acredita ser necessário realizar alterações curriculares modernizando os currículos. - Tem como principal pilar da expansão com qualidade os recursos humanos contratados.
Otimização do Corpo Docente	- Meta de 18 alunos por professor. - Realização de concursos acompanhando a expansão de vagas e garantindo a equalização da meta proposta
Otimização da Infra-Estrutura	- Construção de blocos de sala de aula independentes. - Criação de um centro de logística.
Metas X Autonomia	- Tem gozado de autonomia para modificar o projeto sempre que possível, desde que cumpra as metas.
Expansão da Pesquisa e Extensão	- Realizada por meio da Pós-Graduação, com bolsas para Mestrados, Doutorandos e Pós-Doutorandos.
Aplicação de Recursos para Investimento	- 2010: Aumento de Capital na ordem de R\$9.003.203, totalizando em um valor final de R\$27.003.203. - 2011: Aumento de R\$22.586.982,00 totalizando em um valor final de R\$43.086.982,00.
Aplicação de Recursos para Custeio	- 2010: Aumento de R\$1.567.030,00 do já projetado -2011: Aumento de R\$3.931.321,00 do já projetado. - Adesão ao PNAES para aumento dos recursos para Assistência Estudantil.
Redução do Custo aluno	- A princípio o valor irá aumentar com perspectivas de diminuir à medida que mais estudantes ingressarem e concluírem os cursos.

Quadro 4 Síntese dos Resultados – Ações da UFSC
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em geral, pode-se dizer que a Universidade Federal de Santa Catarina aprova a Reestruturação por meio do REUNI, ao observar que todos os dirigentes universitários se mostram satisfeitos com os resultados e defendem que tal programa deveria se tornar uma política permanente, partindo-se imediatamente para o Reuni 2, após o encerramento do Reuni, previsto para 2012. A reestruturação, e conseqüente expansão da UFSC, têm gerado

reflexos positivos para a universidade e, por conseguinte para toda região à qual ela está inserida.

4.2.2 Principais Resultados UFFS

Representando uma das 14 instituições criadas frente à política de expansão da educação superior no Brasil, a Universidade Federal da Fronteira Sul tem seu destaque a respeito do importante papel de impulsionadora do desenvolvimento da região onde ela está inserida.

Tal como a UFSC, a UFFS também está pautada em várias ações, contidas em políticas bem definidas, buscando resultados satisfatórios na ampliação do número de vagas, tratamento da evasão e das vagas ociosas, otimização dos recursos humanos por meio de projetos de extensão, otimização da infra-estrutura por meio de equipamentos de vídeo-conferência, aplicações de recursos destinados a custeio e investimento, dentre várias outras ações. O Quadro 5 apresenta as principais assertivas dos gestores nesse sentido:

Assunto	Afirmação
Cursos de Licenciaturas	<i>“(...) nós também criamos uma frente das licenciaturas que é muito forte, porque essa é uma questão nacional. Ai foi em sintonia realmente com a política Nacional de formação de professores que foi definida pelo decreto do Presidente Lula de Janeiro de 2009, que alias, eu ajudei a redigir esse decreto. Eu estava na Capes, liderando esse processo inclusive.”</i> ENTREVISTADO 3
Ampliação de Acesso	<i>“Nós estamos ampliando o acesso pra gente basicamente da região, evidente que é aberto a todos, mas agente olha os dados e são essencialmente da região.”</i> ENTREVISTADO 3
Otimização Docente	<i>“Um pra vinte ta bom, eu acho que ta bom.”</i> ENTREVISTADO 3
Ampliação do Orçamento	<i>“Notadamente teremos de avançar em termos orçamentários, mas é preciso sublinhar a importância dada pelo governo federal no atendimento de nossas demandas.”</i> RESPONDENTE 4
Verbas para Obras	<i>“(...) os recursos, até o momento, previstos para as obras a serem executas em 2010 e 2011 serão suficientes.”</i> RESPONDENTE 5

Quadro 5 Principais Afirmações UFFS.

Fonte: Elaborado pelo autor

As descrições das ações centrais da UFFS bem como o produto da aplicabilidade das mesmas estão presente no Quadro 6:

Ações	UFFS
Ampliação do Número de Vagas	- Iniciou as atividades com 2.160 vagas com expectativa de em 4 anos alcançar 8.640 alunos matriculados (excluindo alunos de Pós-Graduação). - Cursos noturnos atrativos para a comunidade. - Criou uma frente das licenciaturas, com destaque às 300 novas vagas para o curso de Ciências (todas preenchidas), que posteriormente se divide nas Licenciaturas de Química, Biologia e Física.

Tratamento da Evasão	- Criou programa oferecendo 900 bolsas de estudo na ordem de R\$1.700.000,00 visando à iniciação acadêmica do aluno carente contemplado. - Aderiu ao PNAES.
Reocupação das Vagas Ociosas	- Realizou várias chamadas para se ocupar as vagas existentes na universidade, ocupando mais de 94% das vagas disponibilizadas.
Expansão X Qualidade	- Acredita ser necessário equilibrar os investimentos com políticas bem definidas.
Otimização do Corpo Docente	- Meta de 20 alunos por professor. - Iniciou as atividades com todos os professores devidamente nomeados. - Utiliza o Corpo Docente nos projetos acadêmicos que destinam bolsas de estudos para alunos carentes.
Otimização da Infra-Estrutura	- Equipamento de vídeo-conferência para integrar os Campi. - Trabalha com estrutura essencial para funcionamento.
Metas X Autonomia	- Tem gozado de autonomia, contanto que respeite as diretrizes e que perceba e faça parte de um sistema.
Expansão da Pesquisa e Extensão	- Programas de Extensão juntamente ao corpo docente associados ao recebimento de bolsas de estudo. - Projeção de criação de cursos de Pós-Graduação nos próximos anos alavancando as pesquisas.
Aplicação de Recursos para Investimento	- Recursos já previstos para os próximos anos são considerados suficientes e atenderão as demandas.
Aplicação de Recursos para Custeio	- Despesas correntes para pessoal e encargos sociais foram garantidas dentro do projetado. - Despesas para bolsas de estudos: Foram recebidos recursos financeiros para a concessão de 650 bolsas permanência e 250 bolsas para iniciação acadêmica. - Expectativa com a adesão ao PNAES para aumentar os recursos para Custeio.
Redução do Custo aluno	- Ainda não tem condições de mensurar o custo aluno, por estar em fase de implantação. - Iniciará participação no Programa de Melhoria da Eficiência do Gasto Público no Ministério do Planejamento visando otimizar o custo associado.

Quadro 6 Síntese dos Resultados – Ações da UFFS

Fonte: Elaborado pelo autor.

Criada visando sobretudo o desenvolvimento local, a Universidade Federal da Fronteira Sul se orgulha por ser considerada uma universidade pública popular, por ter mais de 90% de seu alunado composto por estudantes oriundos de escolas públicas. Tais resultados, avaliados como satisfatório tanto para a universidade quanto para o ministério da educação, tem sido um dos principais agentes frente à motivação dos docentes e técnicos, que atuam com a perspectiva de estarem fazendo a diferença na região.

Com sua criação aprovada por todos os dirigentes universitários, as expectativas da UFFS estão pautadas agora na sua ampliação, tornando-se uma referência e influenciando ativamente na região da Fronteira Sul.

4.3 PROPOSIÇÕES

Após compilação e análise das principais políticas e ações da Universidade Federal de Santa Catarina, da Universidade Federal da Fronteira Sul e do próprio Ministério da

Educação, sugere-se algumas ações que poderão impactar positivamente no desenvolvimento das respectivas instituições, dos programas de governo, e conseqüentemente, do país.

Para a UFSC, recomenda-se um maior esforço no sentido de se implantar mais cursos noturnos, pois a instituição já possui toda estrutura disponível além de um corpo docente altamente qualificado. Quando se observa que a maioria dos cursos das universidades privadas são noturnos, conclui-se que existe demanda para esse horário, o necessário então neste sentido é realizar uma pesquisa junto à sociedade e observar quais cursos possuem maior demanda para este horário, investindo na implantação deles. Visando também auxiliar em uma política pública nacional, a UFSC deve prosseguir na expansão dos cursos de licenciatura, sobretudo nos Campi proveniente de interiorização.

Para a UFFS, se reforça a participação no PNAES, que tem auxiliado significativamente todas as instituições que o aderiram. Outro aspecto, que extrapola o escopo do trabalho, mas que se faz necessário ressaltar, é a adesão da UFFS a Uab, que tem sido imprescindível para levar a educação superior para todo território nacional.

Embora ainda não seja uma preocupação aparente da Universidade, visando uma atitude mais proativa, se indica a utilização do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do MEC para a reocupação das vagas ociosas, tendo em vista que tal sistema tem sido aplicado com sucesso em outras instituições. Finalmente, recomenda que a instituição participe de eventuais programas de reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior no futuro, devido aos reflexos positivos observados.

Para o MEC, como uma maneira de trazer mais efetividade na questão da formação docente para educação básica, além da ampliação dos cursos de licenciatura nas instituições federais do país e também por meio dos Institutos Federais de Ensino Superior e da Universidade Aberta do Brasil, recomenda-se uma maior valorização da carreira docente em todos os níveis, sobretudo de educação básica, algo que terá impactos positivos na atratividade desses cursos para a sociedade em geral, aumentando o número de alunos e conseqüentemente de professores de maneira quantitativa como também qualitativa.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O principal objetivo desta pesquisa foi estudar como está ocorrendo o financiamento público e a expansão da educação superior no Brasil, sobretudo em relação às universidades públicas federais. Neste sentido, após análise da literatura e documentação, aplicação de

questionários e realização de entrevistas, tanto com gestores públicos do MEC quanto com dirigentes universitários, são apresentadas as conclusões a que se chegou do estudo.

A conclusão que se chega é que conforme já havia sido previamente defendido pela Difes, as universidades federais estão recebendo os recursos provenientes do financiamento público e estão vivenciando uma oportunidade única de expansão e reestruturação, e nas respectivas universidades estudadas, UFSC e UFFS, este fenômeno se confirmou. Todos os gestores de ambas as instituições reconheceram a importância e a grandeza de tais investimentos para o desenvolvimento e acreditam que muito ainda poderá ser feito.

Entretanto, vale a pena ressaltar que ambas as instituições, como principalmente o Ministério da Educação, devem focar as ações no acesso e permanência dos alunos carentes, pois este é um problema dentro do cenário nacional. Embora a UFFS tenha atuado neste sentido, é preciso que o Ministério da Educação opere com mais energia sobre todas as instituições federais do país. Este desafio deve ser enfrentado sem deixar de lado a qualidade da educação oferecida nestas instituições.

Outro ponto relevante para todas as instituições é o impasse entre a criação de cursos novos e o aumento de vagas nos cursos existentes. Observa-se uma tendência para a criação de cursos novos nas universidades, no entanto, existem cursos com uma grande demanda, que pode ser verificada nos relatórios de candidatos por vagas, e que não são contemplados com novas vagas. Tal planejamento deve ser revisto tendo em vista que muitas áreas em que há carência de profissionais no país estão descobertas sendo que as universidades estão recebendo todo subsídio necessário para se realizar a ampliação do número de vagas nos cursos tradicionais já existentes.

Cabe agora ao Governo Federal prosseguir com a criação e o desenvolvimento das universidades federais, por meio de programas públicos eficazes e do repasse de financiamento para que o crescimento continue a acontecer. De acordo com todos os reflexos observados e na opinião de 100% dos dirigentes universitários participantes dessa pesquisa, aconselha-se veementemente a criação do Reuni 2, ou a continuidade do Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, sugerindo inclusive transformá-lo em uma política permanente. Tal ação seria um importante passo rumo a tão esperada democratização da educação superior brasileira.

É necessário o empenho e destaque para nosso ensino superior, que deve ser considerado um dos principais pilares para se alcançar o tão almejado desenvolvimento e, por conseguinte, transformar o país pela educação.

REFERÊNCIAS

- _____. Lei N° 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- _____. Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.
- _____. Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília, 2007.
- _____. Ministério da Educação. INEP. **O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília: 2007b.
- CAMARGO, Rubens Barbosa de; PINTO, José Marcelino de Rezende; GUIMARÃES, José Luiz. **Sobre o financiamento no plano de desenvolvimento da educação**. Cadernos de Pesquisa, Campinas: Editora Autores Associados, v. 38, n. 135, p. 817-839, Set./Dez. 2008.
- CANUTO, Vera Regina Albuquerque. **Políticos e Educadores: a organização do ensino superior no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CHAUI, M. S. **A Universidade Pública sobre nova perspectiva**. Rev. Bras. Educ. n.24 Rio de Janeiro. Set./Dez. 2003.
- FAVA-DE-MORAES, F. **Universidade, Inovação e Impacto Sócio-Econômico**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 8-11, 2000.
- GRACIANO, Mariângela; HADDAD, Sérgio. **Educação: Direito Universal ou Mercado em Expansão?**. Revista São Paulo em Perspectiva, Mar. 2004.
- INEP. **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília. 2011.
- KRAWCZYK, Nora Rut. **O PDE: novo modo de regulação estatal?**. Cadernos de Pesquisa, Campinas: Editora Autores Associados, v. 38, n. 135, p. 797-815, Set./Dez. 2008.
- LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **História das universidades**. São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1986.
- MARCOVITCH, Jacques. **A universidade (im)possível**. São Paulo: Futura, 1998.

OLIVEIRA, Terezinha. **Origem e Memória das Universidades Medievais**: a preservação de uma instituição educacional. *Varia História*, v. 23, p. 113-129, 2007.

PINTO, J. M. R.. **Financiamento da educação no Brasil**: um balanço do governo FHC (1995-2002). *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 109-136, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 14^a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

SAVIANI, D. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise do projeto do MEC. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.28, n.100 (esp.), p.1.231-1.255, 2007.

_____. **“Plano Nacional da Educação foi solenemente ignorado”, diz especialista**. Portal R7, São Paulo. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/-plano-nacional-de-educacao-foi-solenemente-ignorado-diz-especialista-20100306.html>> Entrevista concedida a Amanda Polato e publicada em 08 de Março de 2010. Acesso em: 07 de Maio de 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. **A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica**. São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Jan 2005.

SILVA, Rosimeri Carvalho. **A Prática da Extensão Universitária**: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração CPGA/CSE, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação Superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

UFCG. **Plano de Expansão Institucional** – Planexp. Campina Grande. 2010. Disponível em <<http://www.ufcg.edu.br/~spe/pjustificativa.htm>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2010.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. **PNE**: um plano nacional de educação ou carta de intenção? In: *Educação e sociedade*. Campinas, v. 23, n.80, Setembro, 2002, p.97- 108.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade?** São Paulo: Editora Brasiliense. 9. ed. – Coleção Primeiros Passos, 1988.